

# ANEXO

## *Exercício de 2020*

### **1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe
- 2 – Sede: Praça Dr. Fernando Amado, Lote 566, Loja C e D, Bairro Condado, 1950-091 Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: Atividades de Apoio social para crianças, jovens e idosos, sem alojamento

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março.

#### 2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

#### 2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

#### 2.4 – Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de janeiro de 2012.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2012 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

### **3. Principais políticas contabilísticas:**

#### **3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a cabo de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

#### Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respetivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas da seguinte forma:

Edifícios e outras construções	20 anos
Edifícios Arrendados	10 anos
Equipamento básico	1-6 anos
Equipamento transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6-10 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 anos

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que organismos do Estado, autarquias e outros instituidores particulares, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

### Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, o Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe encontra-se isento de IRC ao abrigo do atrás descrito.

#### 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2020	2019
Numerário	331,28	317,50
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	547.956,53	98.524,69
Outras disponibilidades	0,00	211.521,49
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>548.287,81</b>	<b>310.363,68</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	548.287,81	310.363,68
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

#### 5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial:								
Valor de aquisição	0,00	135.730,32	144.343,94	50.758,00	74.486,42	10.495,01	0,00	415.813,69
Depreciação acumulada	0,00	-125.994,21	-143.922,72	-50.758,00	-69.995,10	-10.495,00	0,00	-401.165,03
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>9.736,11</b>	<b>421,22</b>	<b>0,00</b>	<b>4.491,32</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>14.648,66</b>
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	5.639,55	23.225,60	0,00	1.190,64	0,00	0,00	30.055,79
Alienações/Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-1.002,08	-3.987,77	0,00	-1.335,03	0,00	0,00	-6.324,88
Reg. da deprec. das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>4.637,47</b>	<b>19.237,83</b>	<b>0,00</b>	<b>-144,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.730,91</b>
Saldo final:								
Valor de aquisição	0,00	141.369,87	167.569,54	50.758,00	75.677,06	10.495,01	0,00	445.869,48
Depreciação acumulada	0,00	-126.996,29	-147.910,49	-50.758,00	-71.330,13	-10.495,00	0,00	-407.489,91
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>14.373,58</b>	<b>19.659,05</b>	<b>0,00</b>	<b>4.346,93</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>38.379,57</b>

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não tem bens como garantia.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período:

A depreciação dos ativos fixos tangíveis reconhecida no ano é de 6.324,88 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

## 6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo valor mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

<b>Categoria de Inventários</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Matérias-primas	7.044,90	2.118,27
Valor final de PTC	<b>7.044,90</b>	<b>2.118,27</b>
Valor bruto Inventários	7.044,90	2.118,27
Perdas por imparidade acumuladas Inventários	0,00	0,00
Valor líquido Inventários	<b>7.044,90</b>	<b>2.118,27</b>

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2020	2019
Inventário inicial	2.118,27	679,92
Compras	103.579,23	83.150,77
Reclassificação e regularização de inventários	33.478,15	37.745,51
Inventário final	7.044,90	2.118,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	<b>132.130,75</b>	<b>119.457,93</b>

Esta reclassificação tem apenas a ver com os donativos do banco alimentar

## 7. Créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe dos créditos a receber apresenta-se como se segue:

Natureza	2020	2019
Clientes/utentes conta corrente	7.551,96	5.153,23
Adiantamentos operações com outro pessoal	467,04	373,67
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Entidades devedoras por subsídios	0,00	0,00
Outros devedores	10.819,56	8.529,36
Total	<b>18.838,56</b>	<b>14.056,26</b>

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

## 8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2019 e 2020, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

## 9. Fornecedores e outros passivos correntes:

9.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se da seguinte forma:

Natureza	2020	2019
Fornecedores conta corrente	24.225,07	15.822,75
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	<b>24.225,07</b>	<b>15.822,75</b>

Os outros passivos correntes decompõem-se em:

Natureza	2020	2019
Pessoal	1.152,39	1.574,44
Credores por acréscimos	98.061,14	96.112,52
Adiantamentos de utentes	3.954,99	3.791,95
Outros credores	109.778,60	0,00
Total	<b>212.947,12</b>	<b>101.478,91</b>

Os adiantamentos de utentes correspondem ao pagamento antecipado da mensalidade de agosto, diluída pelos restantes meses do ano.

Os outros Credores representam a antecipação financeira em 2020 de protocolos a executar em 2021

## 10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Ativo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	3.413,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	1.115,68
Contribuições para a Segurança Social	0,00	13.184,07
Outras Tributações – FCT	0,00	103,37
Total	<b>0,00</b>	<b>17.816,12</b>

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

#### 11. Financiamentos obtidos:

Não existem financiamentos.

#### 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2020	2019
Prestações de serviços:		
Mensalidades e Inscrições	149.944,41	202.123,11
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Serviços secundários	85.074,64	94.581,71
Total de prestações de serviços	<b>235.019,05</b>	<b>296.704,82</b>
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	38.035,07	47.718,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	9.748,48	6.285,98
Outros	5.436,56	7.174,94
Total de outros rendimentos e ganhos	<b>53.220,11</b>	<b>61.179,82</b>
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	127,23	136,48
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	<b>127,23</b>	<b>136,48</b>

As prestações de serviços foram significativamente reduzidas em 2020 face a 2019, devido à redução ou eliminação de mensalidades, por encerramento ou redução de funcionamento de respostas sociais, devido à pandemia do COVID-19

### 13. Subsídios, doações e legados à exploração:

13.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios de organismos do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios relacionados com ativos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

13.2 — Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que diretamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	836.011,24	589.364,38
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças (Donativos)	49.207,02	47.780,27
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>885.218,26</b>	<b>637.144,65</b>

Os subsídios e doações sofreram em 2020 um crescimento de cerca de 50%, largamente assentes nas políticas de discriminação positiva do ISS devidas ao COVID-19 e aos subsídios dos protocolos dos programas da CML e JFM, de entrega de refeições a famílias carenciadas.

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios conforme se segue:

Descrição	2020	2019
<u>Subsídios:</u>		
Novo Equipamento - Creche	34.318,89	36.762,47
BPI Sénior	23.054,40	26.896,80
Obras cozinha (Junta de Freguesia)	18.000,00	0,00
Equipamento cozinha (Fundação La Caixa) - BPI Solidário	10.237,50	0,00
<b>Total</b>	<b>85.610,79</b>	<b>63.659,27</b>

13.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

13.4 — Benefícios com valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

13.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido o ISS - Instituto da Segurança Social (através dos protocolos existentes), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Programa MAREES a vigorar no período da pandemia), a Câmara Municipal de Lisboa através do programa alimentar às famílias afetadas pela pandemia, a Junta de Freguesia de Marvila, a Fundação La Caixa / Banco BPI através do Projeto BPI Solidário (valor entregue para as obras da cozinha. Em termos de doações em géneros, o Centro tem sido apoiado pelo Banco Alimentar contra a Fome, Continente, Pingo Doce e a Entrajuda.

Também as campanhas contínuas de coleta de géneros alimentares, realizadas pela paróquia em que o Centro Kolbe se insere, foi muito significativa no ano 2020. Estes géneros ainda que não documentados neste relatório, contribuíram muito para que os cabazes de ajuda alimentar entregues às famílias fossem contínuos e adicionalmente, géneros utilizados nas nossas cozinhas, permitiram baixar o custo de confeção de alimentos e custos dos kits de refeições entregues às famílias.

#### 14. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2020	2019
Serviços especializados	44.919,26	39.084,90
Materiais	7.723,36	9.851,30
Energia e fluidos	35.044,48	37.984,05
Deslocações, estadas e transportes	331,40	6.880,95
Serviços diversos	40.442,73	38.754,89
Total	<b>128.461,23</b>	<b>132.556,09</b>

#### 15. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2020	2019
Remunerações do pessoal	586.203,14	557.575,93
Indemnizações	185,25	780,60
Encargos sobre remunerações	117.825,73	123.183,05
Seguros de acidentes de trabalho	10.876,71	6.854,10
Outros gastos com o pessoal	6.208,96	4.281,65
Total	<b>721.299,79</b>	<b>692.675,33</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 57.

O Aumento de encargos com pessoas deveu-se à necessidade de contratações adicionais para dar resposta à Pandemia do COVID 19. Parte destas pessoas foram subsidiadas pelo programa MAREES do IEFP. Também as políticas de Lay-off reduziram os encargos sobre remunerações.

#### **16. Acontecimentos após a data do balanço:**

16.1 — Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada na acta da Direção.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

16.3 — Outras informações:

A pandemia mundial resultante da COVID-19 levou à suspensão parcial das atividades na área da Infância (Creche, Pré-Escolar e ATL) desde o dia 16 de março de 2020, retomando estas a atividade presencial gradual depois do dia 18 de maio. Na área dos Idosos, as respostas sociais do Centro de Dia e do Centro de Convívio também viram a sua atividade suspensa, passando o serviço a ser feito ao domicílio quando solicitado (e se possível).

Também esta situação causará no futuro próximo a redução das mensalidades aplicadas em resultado do expectável aumento do desemprego. Espera-se também a redução do número de utentes a frequentar a instituição, o que levará presumivelmente a uma reestruturação das respostas ao nível do pessoal.

No entanto, toda a sensibilização da comunidade e fornecedores habituais do Centro Kolbe que muito contribuíram com géneros alimentares não mensurados e donativos, permitiram reduzir proporcionalmente o custo das refeições confeccionadas e entregues aos utentes, à comunidade e às famílias apoiadas pelos protocolos celebrados com a CML e JFM. Com as obras operadas na cozinha principal, o aumento de pessoal contratado e voluntários e também devido ao Programa MAREES do IEFP, foi possível quase duplicar o número de refeições confeccionadas diariamente e entregues à comunidade.

Apesar do impacto negativo da pandemia e seus efeitos colaterais no rédito e nas receitas, que poderá ser significativo no futuro, não afetará a continuidade da atividade do Centro Social no curto e médio prazo.

Neste exercício, as participações dos utentes foram já muito deterioradas devido ao impacto do COVID-19, mas as contramedidas de apoio às famílias através dos protocolos de refeições confeccionadas da CML, JFM e também da generosidade da comunidade através da entrega de géneros alimentares, permitiram compensar amplamente o resultado do exercício, muito para além do esperado

**Direção**

**Contabilista Certificado**

  
  
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL  
SÃO MAXIMILIANO KOLBE